

## RETROSPECTIVA CAMPINEIRA

JORGE ANTONIO

## O POVOADOR IMPROVISADO... (4)

Hoje, continuamos com os destaques de certas passagens dos documentos relativos ao Morgado. Na verdade, antes de entrar nesse particular, eu preferiria abordar um pouco a questão do povoamento do Brasil, nos seus primeiros tempos, para complemento do que já apresentei. Tratando-se porém, de matéria complexa, a exigir demorado exame para uma conclusão segura, receio alargar demais o campo paralelo à tese central, que é a fundação de Campinas — que não pode ser creditada ao Morgado, como se provará. Fundação que não se realizou em 1774, nem no religioso, como já se evidenciou nas crônicas anteriores. Deixando, portanto, para melhor oportunidade a matéria correlata, mormente aquelas da capitania de S. Paulo e as terras minerais e a da fundação de S. Paulo, voltemos ao Morgado, no ponto em que ficou na crônica de 4.ª última.

Pelo que vimos, o Morgado, durante 10 anos não passou de meia dúzia de povoações; na sua maior parte inexpressivas. Salvou-se na instalação de certas vilas em antigas povoações que, de longa data, já exigiam essa transformação. Sem nos preocuparmos, por enquanto, com as chamadas numéricas de certas passagens, vejamos um ponto que bem evidencia o tipo de colaboração dada pelo Morgado, para que os povoadores pudessem levar avante suas aventuras.

Notemos esta carta ao Conde de Oeiras, de n.º 37, a respeito da povoação de Sabaúna, que acabou não se efetivando; pelo proprio texto se tiram as razões do insucesso:

"Ilmo e Exmo. Sr. — Representando-me o Diretor da nova Povoação de Sabaúna, que os colonos que tinha aprontado para formá-la eram muito pobres, e que não podiam existir naquele sítio cheio de matos e de bichos, sem que eu lhe mandasse dar providência de os sustentar um ano, enquanto faziãr as suas roças e formavam as suas habitações, lhe respondi que o mais que eu podia fazer era dar-lhes ferramentas e sementes, por equidade, para principiarem suas vidas, mas que quanto ao sustento de um ano me não resolvia a isso, tanto porque não tinha ordem, como porque não era certo que eles, depois de os sustentar um ano, persistissem, e que nestes termos eu não arriscava tão grande despesa da Real Fazenda, ainda que arriscasse o não fazerem eles a Povoação.

V. Excia. será servido de me advertir se obrei bem, ou se S. Majestade, que Deus guar-

de, quer que eu faça despesas nesta matéria, porque, sem ordem não as nei-de fazer, salvo se for em pouco, como são as ferramentas e as sementes, que ainda que não tenho ordem para isso, julguei que S. M. que D. g. não levaria a mal; desejo ter acertado. E que Deus Nosso Senhor guarde a V. Excia. São Paulo, 28 de Janeiro de 1767. D. Luiz Antonio de Sousa." Aí está, o Morgado por inteiro, no seu estofo de povoador.

Se não tinha ordens e não tinha meios, como poderia desenvolver uma capitania que, por varias vezes, afirmou estar arrasada de gente e de dinheiro. Nunca bastaram as boas intenções para se efetivar qualquer projeto custoso, como havia de ser fundar uma povoação, mesmo em lugares dotados de certas condições favoráveis. Essa carta, em verdade, resume toda a política povoadora do Morgado. Os moradores que se arranjassem como pudessem, pois ele não tinha ordem para gastar e já se vê que ferramentas e sementes nunca bastaram para tanto.

Assim, Sabaúna, como observou o redator dos Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo, no rodapé da pag. 43, do n.º 23, deixou de ser uma realidade:

"Foi a única tentativa que não se realizou; não se chegou a criar povoação regular nesse lugar, nem em outro qualquer porto da costa entre Iguape e Cananéa. O mar aí é um braço do Atlantico, separado do oceano, pela Ilha Comprida e com fundo bastante para navios de mil toneladas."

Essa única, referida pela nota, diz respeito a uma das seis povoações relacionadas na carta n.º 36, publicada na crônica anterior. Seis povoações, nas quais se incluíram terras de outras capitanias, quando o Morgado tinha toda uma capitania ao seu dispor, com velhas e famosas estradas que continuaram esquecidas. Na verdade, não há muito que estranhar, porque o povoamento visado pelo Morgado tinha fins militares, e assim mesmo só em determinadas áreas, que pouco interessavam à capitania que veio restaurar. Sem nos esquecermos que as outras capitanias tinham seus chefes para cuidar de sua defesa e seus interesses. Preocupado com fantasmas, o Morgado, na verdade, não acreditava muito nas possibilidades de povoar seu Território. E ele dá suas razões:

"Ilmo. e Exmo. Sr. — As dificuldades que tenho encontrado nos Povos para irem para as novas povoações, também a frouxi-

dão dos Diretores têm sido a causa de estarem inda pouco adiantadas estas idéias, ainda que tenho trabalhado muito; parece-me que a que se concluirá mais depressa será a de Faxina, como V. Excia. verá das mesmas cartas do Diretor que lhe remetto."

E' um trecho de carta ao futuro Pombal, datada de 28 de abril de 1767. Pois bem nesse ano, ele já sabia, por receitamento que, por exemplo, o bairro do Mato Grosso da Vila de Jundiá tinha moradores rurais em numero suficiente para formar, pelo menos, duas "povoações civis", como ele denominava o arraial, ou aldeia de mercado, que era um arremedo de urbanização, e que não era nenhuma novidade, pois já Anchieta referia caso semelhante, contando dos índios que, aos sabados, deixava suas roças para as festas domingueiras e as trocas, naturalmente. Basta-nos esse exemplo de Campinas, para a evidência de que o Morgado não era um povoador convencido de suas qualidades. A bem dizer, não acreditava ele nos povos, no que tocava a fundações de vilas e povoações — e, ao que parece, firmava sua descrença em longa experiencia, como o diz, neste trecho de uma carta ao Vice-Rei — Conde de Cunha — a quem se desculpava pela ingerencia em capitania que não era sua, no caso da Vila das Lages, na area de Santa Catarina, sob a jurisdição do governo do Rio de Janeiro.

"Os povos, pela experiência que tenho do que me succede em outras partes não podem levar a paciência que se fundem Vilas ou Povoações que lhes tire a liberdade de viverem dispersos e vagando, e talvez por este motivo se oponham. Porém, como nada se pode ocultar à iluminada compreensão de V. Excia. V.E. disporá o que se deve obrar conforme ao que a V.E. parecer mais util ao serviço de S.M., q. D. G. e bem deste Estado, porque eu não quero mais do que o que V.E. me ordenar. (23/3/1767) Doc. Int. n.º 23 — pag. 148 —

Um descrente e apático, não tinha senão o propósito de fazer o que mandavam que fizesse, cuidando em não atritar com ninguém, nem mesmo para evitar maiores sacrificios de sua capitania, a bem de outras em melhores condições e mais promovidas, por anos seguidos.

Na próxima crônica, veremos a carta ao irmão de Pombal e examinaremos os pontos destacados das passagens já publicadas, como introdução ao papel do Morgado no quase nada feito por Campinas.